



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Santa Catarina
2ª Vara Federal de Itajaí

Avenida Vereador Abraão João Francisco, 3655, 3º Andar - Bairro: Dom Bosco - CEP: 88307-300 - Fone: (47)3341-5829
- www.jfsc.jus.br - Email: scita02@jfsc.jus.br

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Nº 5011379-46.2016.4.04.7208/SC

EXEQUENTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

EXEQUENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EXECUTADO: EMBRAED - EMPRESA BRASILEIRA DE EDIFICAÇÕES LTDA

EXECUTADO: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC

EXECUTADO: INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE SANTA CATARINA - IMA - NOVA DENOMINAÇÃO DO FATMA

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aberta a audiência, foram as partes instadas à composição do litígio pela via conciliatória, e cientificadas sobre a conveniência da referida forma de solução, seja pela sua maior agilidade, seja pela melhor potencialidade de pacificação do conflito trazido a juízo.

De início, pelo Juízo foi dito que os debates seriam conduzidos informalmente, possibilitando-se a participação de todos os presentes (procuradores, advogados, prepostos e técnicos). Cada um dos presentes apresentou suas impressões a respeito da questão de fundo, tendo as partes chegado a uma composição em relação aos pontos incontroversos.

Acordadas as partes, é lavrado o presente Termo de Acordo:

O IMA fica autorizado a concluir e emitir, se for o caso, a Licença Ambiental de Operação Corretiva do Complexo Hoteleiro Infinity Blue, sem abranger a área do estacionamento, que deverá ser solicitada ao IMA através de uma ampliação da LAO corretiva. Este pedido de ampliação terá por base o EAS já elaborado com as medidas abaixo indicadas. Referido pedido deverá ser dirigido ao IMA e, após a emissão da informação técnica por este órgão, antes da emissão da ampliação da LAO, o IMA remeterá o processo ao MPF, para que efetue controle de legalidade, no prazo máximo de 45 dias.

A EMBRAED se compromete a:

- a) indicar precisamente o número de guaritas;
- b) indicar a localização das guaritas;
- c) esclarecer que o solo não será impermeabilizado, sendo depositada brita na área de circulação dos veículos;
- d) indicar precisamente o local das placas de sinalização;
- e) indicar precisamente a localização dos pontos de iluminação;



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Santa Catarina
2ª Vara Federal de Itajaí

- f) indicar a localização da drenagem pluvial;
- g) indicar o número de vagas do estacionamento;
- h) indicar a localização das referidas vagas;
- i) a não ampliar o número de vagas do estacionamento;
- j) apresentar um projeto paisagístico do estacionamento;
- k) apresentar um inventário florestal e indicar a vegetação existente, sendo que toda supressão de árvores dependerá de autorização do órgão competente;
- l) apresentar planta de locação do estacionamento aprovada pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, indicando as cotas;
- m) apresentar caracterização adequada da bacia hidrográfica do local;
- n) apresentar programa de monitoramento de ruído;
- o) recuperar e fechar qualquer eventual trilha que exista entre o hotel e o estacionamento.

No mesmo documento, que compreenderá um EAS, deverá ser:

- a) redefinida a área diretamente afetada e a área de influência direta;
- b) previstos todos os impactos ambientais com suas respectivas medidas de controle, mitigadoras e compensatórias.

As partes acordam também a realização de **vistoria no local**, a ser realizada com a participação de representantes técnicos das partes a fim de eventual identificação de curso d'água e análise de estabilidade dos taludes. A data e horário serão combinadas pelas partes.

Pelo procurador da EMBRAED foi dito que a área correspondente ao AI nº 337932 do IBAMA já teria sido objeto de compensação do acordo que extinguiu a presente ACP. Isto por que: 1. o referido auto compunha a causa de pedir da ACP. 2. no acordo ficou acertado o pagamento da multa deste AI. 3. no acordo ficou estabelecido a recuperação tão somente de área correspondente a outro AI. 4. o IBAMA e a FATMA receberam em razão do acordo quantias pagas pela ré. 5. o IBAMA analisou o plano de Ocupação Integrada, que previa a destinação da área em questão para um condomínio de residências. 7. o acordo estabeleceu a oneração de outras áreas como reserva ambiental. Por tudo isso, a ré entende que não mais subsiste os efeitos decorrentes daquele Auto de Infração.

Pelo MPF, foi requerido prazo para analisar se a área do estacionamento estava ou não incluída nos acordos anteriores, conforme sugerido pela parte ré, salientando ser necessário a manifestação do IBAMA para que informe a situação administrativa atual do



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Santa Catarina
2ª Vara Federal de Itajaí

referido Auto de Infração.

Pelo juízo foi concedido o prazo de 20 dias para a manifestação do MPF e do IBAMA.

A pedido do MPF, pelo juízo foi determinado que o **Município de Balneário Camboriú**, responsável pela aprovação municipal da planta do estacionamento, deverá se manifestar nesses autos, trazendo elementos técnicos por profissionais habilitados, a respeito de eventuais impactos no trânsito e vizinhança do local.

Ao final, foi proferida a seguinte decisão: *"1. O presente termo de audiência segue assinado eletronicamente por este Magistrado, na forma do art. 193 do CPC. 2. Presentes intimados. 3. Intime-se o Município de Balneário Camboriú."*

PRESENTES:

Dr. Andrei Mattiuzi Balvedi - Procurador do MPF
Sra. Luana Milak Furmanski - Assistente Técnica do MPF
Dr. Rafael Barreto da Silva - Procurador do IBAMA
Dra. Camila de Alcântara Rico - Procuradora do IMA em videoconferência por Florianópolis/SC
Sr. Daniel Fossa da Paz - Assistente Técnico do IMA
Dr. Silvio Mund Carreirao - Procurador da EMBRAED
Srs. Ferna Carpeggiani Farherr e Vanessa Munaretti - Assistentes Técnicos da EMBRAED
Sra. Mariana de Aguiar Fonseca - Preposto da EMBRAED

Documento eletrônico assinado por **INEZIL PENNA MARINHO JUNIOR, Juiz Federal Substituto**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **720003666393v21** e do código CRC **7e8aab72**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): INEZIL PENNA MARINHO JUNIOR

Data e Hora: 20/7/2018, às 18:58:17

5011379-46.2016.4.04.7208

720003666393.V21